

Catedral da Cultura Portuguesa

A . G o m e s d a C o s t a

PELO SEU PRESTÍGIO NOS MEIOS INTELECTUAIS, pela beleza arquitectónica do edifício da sua sede, pela importância do acervo bibliográfico e ainda pelas actividades que desenvolve, o Real Gabinete Português de Leitura é, a todos os títulos, uma instituição notável e que muito dignifica Portugal no Brasil.

Em 14 de Maio de 1837, um grupo de 43 emigrantes portugueses do Rio de Janeiro — e deve-se sublinhar que isto ocorre somente 15 anos depois da Independência do país — reuniu-se na casa do Dr. António José Coelho Lousada, na antiga rua Direita (hoje rua Primeiro de Março), nº 20, e resolveu criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito. Entre esses homens, cuja maioria era composta de comerciantes da praça, estavam alguns que haviam sido perseguidos em Portugal pelo absolutismo e que tinham emigrado para o Brasil. Era o caso de José Marcelino Rocha Cabral, advogado e jornalista, que iria ser eleito primeiro presidente da instituição.

É possível que ao se preocuparem com o nível de instrução de seus compatriotas e ao quererem incutir em muitos o gosto pela leitura, os fundadores do «Gabinete» tenham sido inspirados pelo exemplo da França, onde, logo a seguir à revolução de 1789, começaram a aparecer as chamadas «boutiques à lire», que nada mais eram do que lojas onde se emprestavam livros, por prazo certo, mediante o pagamento de uma determinada quantia.

Os «gabinetes de leitura» criados no Brasil pelos portugueses — o do Rio de Janeiro foi o primeiro, mas mais tarde virão os do Recife (em 1850) e o de Salvador (em 1863) — diferenciam-se, entretanto, dos estabelecimentos franceses por uma característica: é que neles não havia qualquer pagamento pelo empréstimo do livro. O sócio, ou leitor, consultava-o na biblioteca ou



levava-o para casa, sem que isso implicasse para ele em qualquer encargo.

Seguindo o exemplo dos «gabinetes de leitura» de raiz portuguesa e ainda na segunda metade do século XIX, surgiram, impulsionados pela maçonaria e pela república positivista, em várias cidades do interior do Estado de São Paulo, instituições semelhantes que também eram denominadas «gabinetes de leitura» e que foram transformadas depois em bibliotecas municipais.

Voltemos, entretanto, à sinopse histórica do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Logo nos primeiros anos após a sua fundação as directorias passaram a adquirir milhares de obras, algumas raras, dos séculos XVI e XVII — e entre elas mencionaríamos um exemplar da edição «príncipe» de *Os Lusíadas*, que pertenceu à Companhia de Jesus de Setúbal; as *Ordenações de D. Manuel*, de Jacob Cromberger, editadas em 1521, e os *Capítulos de Cortes e Leys que sobre alguns delles fizeram*, publicadas em 1539. O certo é que a ampliação da biblioteca obrigou à mudança da sede por várias vezes: da casa da rua de S. Pedro, nº 83, foi para a rua da Quitanda nº 55 e desta, em 1850, para a rua dos Beneditinos nº 12. Para se ter uma ideia do crescimento do acervo bibliográfico basta mencionar que em 1872 a biblioteca já possuía 20 471 obras (ou 44 917 volumes).

É por essa altura que os dirigentes começam a pensar em construir uma sede de maiores dimensões e condizente com a importância da instituição. Para esse fim, é adquirido um terreno na rua da Lampadosa. E as comemorações do tricentenário da morte de Camões (1880) vão ser o grande pretexto para motivar a «colónia» portuguesa e levar adiante o projecto. Portugal atravessava crises medonhas: eram os *déficits* da corte e a ameaça das grandes potências na África; eram as mazelas de uma sociedade que não reagia às críticas e farpas dos

ORADORES DO DIA DE PORTUGAL, INSTITUÍDO EM 7 DE MAIO DE 1932 PELA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS E LUSO-BRASILEIRAS

- 1932 – Dr. Fernando Magalhães, Presidente da Academia Brasileira de Letras – médico e professor; Carlos Malheiro Dias, escritor e historiador; Dr. José Augusto Prestes; João Luso (Paulo Barreto), escritor.
- 1933 – Afrânio Peixoto, médico e escritor.
- 1934 – Dr. Cândido de Oliveira Filho, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Prof. Mendes Correia, Professor Catedrático da Universidade do Porto; Dr. Ricardo Severo, engenheiro arqueólogo e escritor.
- 1935 – João Luso (Paulo Barreto), escritor.
- 1936 – Padre Luiz Gonzaga Cabral, orador e escritor; Afrânio Peixoto, médico e escritor.
- 1937 – António Correia de Oliveira, poeta; Alceu Amoroso Lima, crítico literário.
- 1938 – Prof. Dr. Nilo Pereira; Prof. Dr. Fidelino Figueiredo, ensaísta.
- 1939 – Presidente Gertúlio Vargas; Dr. Ricardo Severo, engenheiro, arqueólogo e escritor.
- 1940 – Ministro Oswaldo Aranha, político; Herculano Rebordão, jornalista e poeta.
- 1941 – Dr. Levi Cordeiro; Dr. Jaime Cortesão, historiador.
- 1942 – Herculano Rebordão, jornalista e poeta; Prof. Thiers Martins Moreira, escritor e professor brasileiro; Santiago Dantas, jurista, professor e político brasileiro.

- 1943 – Pedro Calmon, historiador; Herculano Rebordão, jornalista e poeta.
- 1944 – Edmundo da Luz Pinto, político; Jaime Cortesão, historiador.
- 1945 – Almirante Gago Coutinho, pioneiro da aviação, geógrafo e oficial da Marinha Portuguesa; General Valentim Denício da Silva, militar.
- 1946 – Pedro Calmon, historiador; Cândida Ivette.
- 1947 – Dr. Severino Jordão Emerenciano, escritor; Dr. A. J. da Silva Azevedo.
- 1948 – Dr. Gustavo Barroso, polígrafo; Dr. Luiz Norton de Matos, diplomata e publicista.
- 1949 – Damião Peres, historiador, professor catedrático e escritor.
- 1950 – Padre Abel Condesso; Juvenal Greenhalgs, Ministro da Marinha.
- 1951 – Dr. Augusto Celestino Costa; Dr. Artur H. Neiva, cientista.
- 1952 – Ministro Simões Filho; Dr. Américo Jacobina Lacombe, historiador e professor.
- 1953 – Dr. Gustavo Barroso, polígrafo; Dr. Joaquim de Carvalho, professor da Universidade de Coimbra.
- 1954 – General Tristão de Alencar Araripe, militar brasileiro; Prof. António Pinto de Carvalho, Universidade de Lisboa.
- 1955 – Dr. Rodrigues Octávio Filho; Dr. José de Oliveira Dias, Universidade Gregoriana de Roma.
- 1956 – Álvaro Lins, crítico e ensaísta; Dr. Manuel Lopes de Almeida.
- 1957 – Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; Presidente Francisco Higino Craveiro Lopes.

«vencidos da vida»; eram os «escândalos do tabaco» e as lutas dos partidos; eram os «cortejos do bacalhau» na baixa lisboeta para depreciar a Epopeia quinhentista; era a falta de uma lufada de ideias novas e a apatia do zé-povinho retratado nas caricaturas mordazes de Bordalo Pinheiro.

Uma pléiade de portugueses do Rio de Janeiro, de sólida formação intelectual e de grande prestígio, como Eduardo Rodrigues Cardoso Lemos, José Vasco Ramalho Ortigão, Visconde de Moraes e outros, resolve fazer da participação da «colónia» nas celebrações camonianas um contraponto às disputas e à mesquinhês de além-mar. Se em Portugal muitos procuravam ofuscar, no meio da dormência do país, a saga dos Descobrimentos e esquecer o poeta, no Brasil fazia-se o contrário: o «Gabinete» encomendava à casa Biel, no Porto, uma edição rica e ilustrada d'*Os Lusíadas*; mandavam-se cunhar medalhas; organizavam-se concertos com o maestro brasileiro Artur Napoleão e em 10 de Junho de 1880, com a presença do imperador D. Pedro II, do ministro do Império Barão Homem de Mello e do Presidente da Câmara Municipal Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, é lançada a primeira pedra para a construção da nova sede do Gabinete Português de Leitura no terreno da rua da Lampadosa que tinha sido adquirido para esse fim.

O projecto escolhido foi o do arquitecto português Rafael da Silva Castro, com seu traço neo-manuelino a evocar a epopeia camoniana.

O edifício, em pedra de Lioz, com estátuas de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, do Infante D. Henrique e de Luís de Camões sobre as mísulas da fachada, foi inaugurado em 10 de Setembro de 1887, com a presença da Princesa Isabel e do Conde D'Eu. Os trabalhos de construção tinham sido dirigidos pelo arquitecto Frederico José Branco e as pinturas e decora-

ções em relevo estiveram a cargo do artista Frederico Steckel.

Ramalho Ortigão, convidado para ser o orador oficial da solenidade, pronunciou então um discurso notável. A certa altura disse: *«No dia em que tiver caído para o domínio intelectual do mundo a preponderância europeia — porque não há preponderâncias eternas e o movimento da civilização está destinado a oscilar como o movimento dos mares e a configuração dos continentes entre os dois hemisférios da terra — quando por meio dessa evolução se tenha deslocado a importância do domínio geográfico das linhas actuais, se esta casa existir ainda, ela mostrará aos nossos netos que homens de trabalho, alheios à intriga política do país e ao litígio do poder, ausentes de sua pátria, em um país remoto, previram na missão de sua raça o alcance da ciência e o alcance da arte, a qual, tendo por fim ressaltar os interesses da inteligência fazendo-os preponderar aos interesses da cobiça, da ambição e do egoísmo humano, é a origem da moral positiva assim como é a base do bom senso e o sustentáculo da moderação...»*. E mais adiante o escritor arrematou o seu discurso: *«E se um dia o nome de Portugal houver de desaparecer da carta política da Europa, esta Casa será ainda como a expressão monumental do cumprimento da profissão posta por Garrett na boca de Camões: ... não se acabe a Língua, o nome português na terra»*.

No ano seguinte, já extinta a escravidão e com o regresso de D. Pedro II da Europa, é instalada, no dia 22 de Dezembro, a biblioteca do Gabinete Português de Leitura e entregue ao Imperador o diploma de Presidente Honorário. E é nessa oportunidade que outro escritor célebre, desta feita brasileiro, Joaquim Nabuco, também proferiu uma oração admirável em louvor dos portugueses no Brasil. E depois de dizer que Portugal, para ele, *«tinha sete maravilhas como nenhuma outra nação possui e eu falo*

- 1958 – Prof. Torquato Sousa Soares, medievalista e professor da Universidade de Coimbra; David Carneiro, Universidade do Paraná, historiador.
- 1959 – Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; Dr. Augusto Frederico Schmidt, poeta; Comodoro Sarmento Rodrigues, Ministro da Marinha.
- 1960 – Dr. Mário de Albuquerque, professor de história e de estudos brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa; Dr. Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras.
- 1961 – Dr. Hernani Cidade, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e escritor; Dr. Pedro da Silva Nava, professor da Faculdade de Medicina da Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- 1962 – Gilberto Freyre, sociólogo; Dr. Leonardo Jorge Pessoa Lopes, escritor.
- 1963 – Dr. José Hermano Saraiva, professor do Instituto de Estudos Sociais e Política Ultramarina; Prof. Francisco de Paula Casado Gomes, catedrático da Universidade do Rio de Janeiro.
- 1964 – Prof.^a Maria de Lourdes Belchior Pontes, Conselheira Cultural da Embaixada de Portugal no Brasil; Prof. Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Casa Rui Barbosa.
- 1965 – Prof. Francisco de Paula Leite Pinto, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa; Dr. Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras.

- 1966 – Dr. César Moreira Baptista, Secretário Nacional de Informação; Dr. Luiz Viana Filho, Ministro para Assuntos Extraordinários da Presidência da República Brasileira.
- 1967 – Dr. José Veiga Simão, Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique; Senador João Baptista Vasconcellos Torres, parlamentar.
- 1968 – Dr. Baltazar Rebello de Souza, Vice-Presidente do Conselho Ultramarino de Portugal; Gilberto Freyre, sociólogo.
- 1969 – Dr. Júlio Evangelista; Cte. Max Justo Guedes, historiador.
- 1970 – Almirante Armando Júlio Reboredo e Silva; Prof. Clóvis Ramallete, escritor e jurista brasileiro.
- 1971 – Deputado Manuel José Homem de Melo, parlamentar; Prof. Pedro Calmon, historiador.
- 1972 – Embaixador Luiz Pinto Coelho, professor e diplomata; Ministro Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça.
- 1973 – Prof. José Veiga Simão, Ministro da Educação; Dr. Roberto Santos, representante do Ministro Jarbas Passarinho.
- 1974 – General Carlos Galvão de Melo, membro da Junta de Salvação Nacional; Deputado Célio Borja, parlamentar.
- 1975 – Prof.^a Cleonice Serôa da Mota Berardinelli, professora e ensaísta.
- 1976 – Dr. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, catedrático da Universidade de Coimbra; Dr. Guilhermino Cezar, catedrático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

só do que vi: Os Lusíadas, a entrada do Tejo, a Torre de Belém, os Jerónimos, Sintra, o Vinho do Porto e a colónia portuguesa do Brasil». Para mais adiante afirmar: «*Deliberadamente vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse género na América, e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões e do Infante D. Henrique. A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes d’Os Lusíadas. Elas deveriam ser condecoradas pela História com a Ordem de Aviz*».

Em 1900 o Gabinete Português de Leitura transforma-se em biblioteca pública — qualquer um do povo pode ter acesso aos livros da sua biblioteca. E logo depois Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, um dos mais ilustres intelectuais brasileiros, é convidado pelo Presidente da instituição, Ernesto Cibrão, para organizar um novo catálogo do acervo bibliográfico, tarefa que vai terminar em 1906. É precisamente nesse ano que o rei D. Carlos atribui o título de «Real» ao Gabinete e tem lugar, no Salão dos Brasões, uma grande exposição de pinturas de José Malhoa, a cuja inauguração comparece o Presidente Rodrigues Alves. No primeiro dia da exposição, dos 125 quadros apresentados foram vendidos 26, sendo que um deles, denominado «O sonho do Infante», foi adquirido para ficar no Real Gabinete. Na mesma exposição figuram ainda retratos do rei e da rainha D. Amélia, encomendados ao pintor pela directoria da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Casa de Socorros D. Pedro V, e que até hoje se encontram em sua sede.

Logo a seguir é instalada a Comissão encarregada da recepção, que foi afinal frustrada pelo regicídio, de D. Carlos ao Brasil. Dela faziam parte figuras eminentes da colónia, como o Conde de Avelar, o Visconde de São João da Madeira, o Visconde de Moraes, o Visconde de Agarez e tantos outros que ao longo da segunda

metade do século XIX não se cansaram de prestar serviços ao país de origem e de ajudar as associações portuguesas no Brasil. Alguns desses homens, por exemplo, como foi o caso do Com. José Moraes d'Abreu Júnior, de Domingos de Moura e Castro ou de Rita de Barros Ramalho Ortigão, abriram mão de créditos que tinham concedido ao Gabinete, quando da construção de sua sede, e que não eram de pequeno montante. Pois era curioso ouvir as queixas que já se faziam naquela época, em pleno crepúsculo da monarquia, a respeito da indiferença dos governos e do seu interesse em aproveitar-se da colônia portuguesa do Brasil: «*Nem a colônia portuguesa no Brasil tem escapado a essa tempestade assoladora, a esse tufão mal intencionado, contristador de quem o contempla isento de paixões e estranho a esse desenrolar de pequeninas misérias sociais*», dizia-se no «Livro de Ouro» daquela época.

E a seguir fazia-se uma referência ao que o país devia aos portugueses do Brasil. Nas cidades, os melhores palácios a quem pertencem? Quem mandou construir casas e pagar benfeitorias? A quem pertencem os estabelecimentos fabris? Quem manda abrir e reformar os caminhos nas províncias? Quem paga os melhoramentos das igrejas, os paramentos e as alfaias? Quem manda construir asilos, hospitais e escolas? Quem subscreve as acções dos caminhos de ferro? Quem acode às necessidades do Estado e compra metade dos títulos da dívida pública em circulação? Quem?

Os portugueses do Brasil. Por isso, concluía o autor do desabafo: «*magooou-nos profundamente a avalanche de ingratidão com que se procurou amesquinhar o valor desses compatriotas queridos...*»

Registadas as mágoas e ressentimentos da colónia, em parte devidas aos confrontos que na época dividiam o país provocados pela campanha crescente do Partido Republicano e as con-

- 1977 – Dr. Jacinto do Prado Coelho, catedrático da Universidade de Lisboa; Prof. João Scantimburgo, catedrático da Faculdade de Comunicação da Fundação Álvares Penteado de S. Paulo.
- 1978 – Dr. António Alçada Baptista, escritor; Dr. António Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.
- 1979 – Prof. Adelino de Palma Carlos, catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa; Dr. Petrônio Portella, Ministro da Justiça.
- 1980 – Dr. Francisco Pinto Balsemão, Primeiro-Ministro de Portugal; Prof. Eduardo Portela, Ministro da Educação do Brasil.
- 1982 – Prof. Diogo Freitas do Amaral, Vice Primeiro-Ministro de Portugal; Dr. Roberto Marinho, Presidentes das Organizações Globo.
- 1983 – Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História; Prof^a Ester Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação do Brasil.
- 1984 – General Altino Amadeu Pinto Magalhães, Director do Instituto de Defesa Nacional; Dr. Jarbas Passarinho, Ministro da Previdência Nacional.
- 1985 – Prof. Adriano Moreira, ex-ministro do ultramar; Académico Marcos Vinícius Vilaça, Secretário para os Assuntos Especiais da presidência da República do Brasil.
- 1986 – Deputado José Lourenço, parlamentar; Senador Paulo Broussard, Ministro da Justiça do Brasil.

- 1987 – Prof. Mário Júlio Almeida Costa, director da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; Deputado José Bernardo Cabral, parlamentar.
- 1988 – Prof. Valentim Xavier Pintado, consultor do Secretariado Geral da EFTA para Assunto Económicos em Genebra; Prof. Ricardo Teixeira Brancatto, juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo, Reitor da Universidade Mackenzie.
- 1989 – Prof. Salvato Trigo, Universidade do Porto; Dr. Óscar Dias Corrêia, Ministro da Justiça do Brasil.
- 1990 – Prof. Jorge Borges de Macedo, Universidade de Lisboa; Prof. Clóvis do Couto e Silva, Director da Faculdade Federal do Rio Grande do Sul.
- 1991 – Embaixador João Diogo Nunes Barata, Chefe da Casa Civil da Presidência da República Portuguesa; Dr. António Carlos Magalhães, Governador do Estado da Bahia.
- 1993 – Embaixador Filipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores; Dr. José Blanco, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.
- 1994 – Prof. Dr. António de Arruda Ferrer Correia, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.
- 1995 – Dr. Fernando Faria de Oliveira, Ministro do Comércio e Turismo.
- 1996 – Dr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República.
- 1997 – General Manuel Freire Themudo Barata, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- 1998 – Dr. Jorge Coelho, Ministro da Administração Interna.

vulsões da Monarquia, o Real Gabinete abre na década de 20 uma nova fase de sua existência. E dois homens se destacam nesse período: um, Carlos Malheiro Dias, com seu labor intelectual, as suas pesquisas históricas, a sua influência na formulação de uma estrutura em que se vai manter o universo associativo de origem portuguesa no Brasil; o outro, Albino Sousa Cruz que, tendo vendido aos ingleses a sua fábrica de cigarros, passa a dedicar-se e a ser o grande mecenas da instituição.

Para as comemorações do 1º centenário da Independência é constituída no Real Gabinete uma empresa com a finalidade de editar, em fascículos, a monumental História da Colonização Portuguesa do Brasil, sob a direcção literária de Carlos Malheiro Dias, a direcção artística de Roque Gameiro e cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos.

Da obra irão colaborar as figuras mais eminentes dos dois países nas artes, nas ciências e na literatura, de Luciano Pereira da Silva a Duarte Leite, de Júlio Dantas a Oliveira Lima, de Paulo Merea a Pedro Azevedo, de António Baião a Jaime Cortesão, de H. Lopes de Mendonça a F. M. Esteves Pereira, sem citarmos, evidentemente, o coordenador, o mais importante de todos — Carlos Malheiro Dias.

A *História da Colonização Portuguesa* foi editada pela Litografia Nacional do Porto, em fascículos, e estes chegaram a atingir cerca de 20 000, com 12 000 distribuídos no Brasil e 8000 em Portugal — um número impressionante para a época.

Em 1931 é realizado no Real Gabinete o 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, quando se procura evitar, com a criação da Federação das Associações Portuguesas, as divisões no meio associativo e imprimir uma certa unidade aos movimentos da colónia. Seu primeiro presidente vai ser Carlos Malheiro Dias, e mais 80 associações de todo o Brasil ficam integradas no

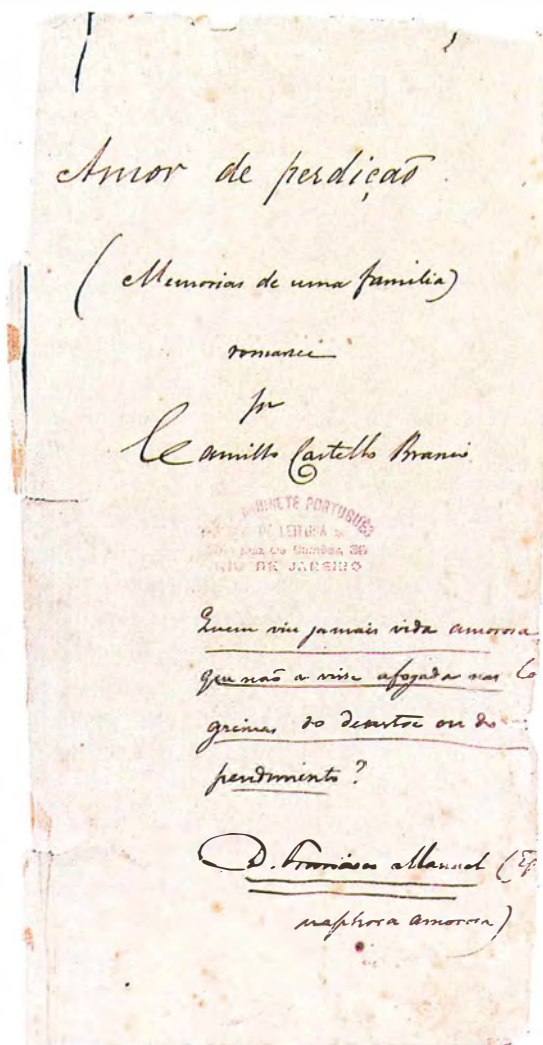
organismo federativo que passa, por tácito consenso, a ser o porta-voz das aspirações e anseios colectivos.

Como decorrência do 1.º Congresso dos Portugueses do Brasil passa a comemorar-se na sede do Real Gabinete todos os anos o «Dia de Portugal», promovido pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. A solenidade, para além de outras liturgias, conta com oradores ilustres portugueses e brasileiros convidados para a saudação cívica. Vale a pena registar a lista desses convidados ao correr dos anos (ver quadro adiante).

Em 15 de Março de 1935, pelo decreto nº 25 134, o governo português concede ao Real Gabinete o benefício de receber de todos os editores portugueses um exemplar das obras por eles impressas. Esse estatuto permite uma actualização permanente da biblioteca em termos do que se edita em Portugal.

Nos anos 40 cria-se o Instituto de Alta Cultura com o objectivo de desenvolver o intercâmbio cultural entre os dois países.

A década seguinte é de grandes dificuldades financeiras para a instituição. Os mecenas tinham desaparecido e os legados e codicilos ao longo do tempo privilegiaram sempre as instituições assistenciais e religiosas — as Beneficências e as Caixas de Socorros Mútuas, as Casas de Portugal e as Obras de Assistência, as Irmandades e as Santas Casas. Os «Gabinetes de Leitura», os Grémios ou os «Liceus», esses nunca foram lembrados pela maioria dos benfeitores. Apoiado no mecenato de Albino de Sousa Cruz e de mais alguns — Sousa Baptista, Conde Dias Garcia, Visconde de Moraes, Garcia Saraiva, etc. —, a entidade, com o desaparecimento dessa geração, ficou em extrema penúria. As suas despesas eram rateadas pelas directorias e só muito tarde o governo português, durante alguns anos, no antigo regime, concedeu um subsídio de 50 contos!



Facsimile da primeira página de *Amor de Perdição*, com o carimbo do Real Gabinete Português de Leitura.

Foi preciso mudar a sistemática anterior em vários sentidos: primeiro, para dar mais dinamismo às suas actividades, criou-se em 1969, na gestão de António Pedro Martins Rodrigues, o «Centro de Estudos», onde passaram a ser ministrados sistematicamente cursos e conferências a cargo de professores universitários. O primeiro curso foi ministrado pelo Prof. Robert Chester Smith, da Universidade da Pensilvânia, sobre



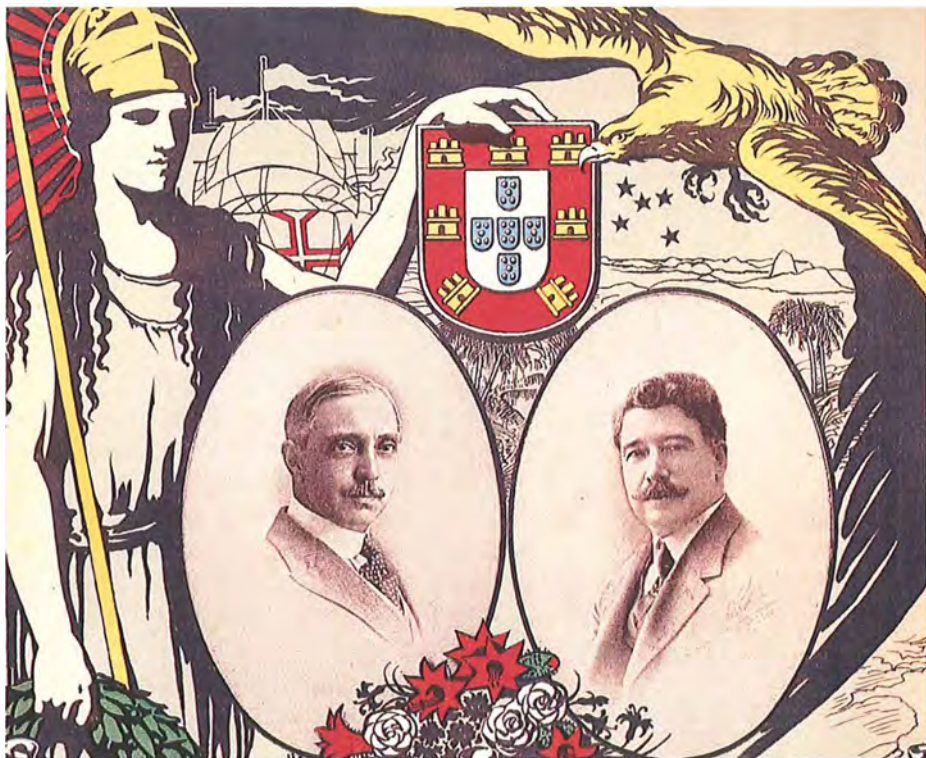
«Aspectos da Arte Portuguesa do século XVIII». E o primeiro director do Centro foi António Gomes da Costa. Depois fizeram-se as campanhas financeiras para resgatar o Real Gabinete da situação de penúria e dar-lhe meios para subsistir. Nos anos mais recentes o seu quadro social, antes constituído só de portugueses, passou a receber convidados de outros países de língua portuguesa e, a essa altura, várias empresas brasileiras — como por exemplo o Banco Itaú que financiou todo o processo de informatização da biblioteca — já contribuem para o desenvolvimento do Real Gabinete, a formação do centro de multimédia cultural, o restauro do edifício, etc. Nesse capítulo, justo é destacar a extraordinária ajuda recebida ao longo dos últimos anos da Fundação Calouste Gulbenkian, que, inclusive, deu os recursos necessários à aquisição e às obras do prédio contíguo ao Real Gabinete onde está instalado o centro de multimédia. Mas também o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal tem concedido uma permanente ajuda desde que, tanto no governo de Cavaco Silva como no de António Guterres, se reconheceu a importância da instituição para a difusão da cultura portuguesa no Brasil. Outras entidades — da Biblioteca Nacional ao Instituto Camões, de empresas portuguesas aos donativos da comunidade, da Real Caixa de Socorros de D. Pedro V ao Liceu Literário Português — têm vindo a permitir ao Real Gabinete desenvolver, de ano para ano, actividades crescentes desde a edição semestral da revista *Convergência Lusíada*, distribuída gratuitamente por centenas de instituições culturais e Universidades de todo o mundo, até à recuperação de obras raras danificadas pelo tempo.

O futuro

Nas diversas vertentes do associativismo de origem portuguesa no Brasil, existem instituições cuja passagem do testemunho é feita sem

grandes problemas. Criadas e mantidas inicialmente pela «colónia», foram acolhendo brasileiros, luso-descendentes ou não, e isso facilita, com o desaparecimento da emigração, que o seu funcionamento continue sem maiores dificuldades. É o caso dos Clubes e das Casas Regionais evocativas das províncias e terras portuguesas. Outras, por sua natureza, adaptaram-se a novos desafios e já não podem funcionar como antigamente: é o caso das Beneficências que nasceram para atender os emigrantes nas horas de doença ou na velhice, na viuvez ou na orfandade e que hoje, para sobreviver, embora mantendo ainda o traço de benemerência, já têm de funcionar como hospitais filantrópicos abertos a toda a sociedade. Outras ainda, como os «Liceus» e os Grémios Literários, também se foram adaptando sem maiores dificuldades aos novos desafios e se ontem estavam voltadas para a alfabetização dos emigrantes ou para o ensino de artes e ofícios, hoje as suas salas de aula abrem-se para cursos de 2º grau e continuam abertos não apenas aos emigrantes e suas famílias, mas sobretudo aos alunos mais carentes. Ou, então, mantêm institutos de graduação pós-universitária, como o Liceu Literário Português, onde se desenvolvem estudos sobre a língua e sobre a história colonial a cargo de grandes especialistas.

Mas em relação aos Gabinetes de Leitura, existem, desde há muito tempo, algumas dúvidas relativamente ao seu futuro. Primeiro porque são instituições que em termos financeiros e patrimoniais dependeram sempre do esforço e da boa-vontade de alguns homens (não do conjunto da comunidade que nunca foi tão sensível assim às necessidades das instituições culturais) e, portanto, ficaram expostas ciclicamente ao risco do próprio encerramento. (Em Porto Alegre, nos anos 60, houve a tentativa de criar-se um novo Gabinete de Leitura, mas, poucos anos depois, o projecto foi inter-



«Homenagem da Litografia Nacional». Gravura da página de abertura – com as fotografias de Carlos Malheiro Dias, Director Literário, e Albino de Sousa Cruz, Director Financeiro – do volume III da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1924. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

rompido.) Depois, porque a direcção destas instituições tem de passar mais cedo ou mais tarde para brasileiros — e os mais indicados são professores universitários que sabem apreciar o que representam os Gabinetes. Ora, não vão ser brasileiros que se disporão a manter o custeio de instituições de sinete português, quando por seu lado têm as entidades brasileiras para manter. E não é fácil. Por outro lado, entregar as instituições aos governos, ou fazê-las depender de estruturas oficiais seria desvirtualizá-las e tolher a sua autonomia. Para se ter uma ideia, durante anos pleitou-se que o governo mandasse um técnico em biblioteconomia para um Gabinete, ou que os Gabinetes de Leitura do Recife e de Salvador recebessem livros de Lisboa para actualizar seus acervos — e nunca se conseguiu. Quando não são os polí-

ticos a quererem votos, é a visão tacaña dos que não são capazes de compreender que um livro a mais na quota legal para um mercado como o brasileiro poderia não representar um ónus mas um estímulo à venda da obra.

Por outro lado, a expansão dos recursos da informática, o acesso *fácil* à internet, o avanço de meios audiovisuais, etc., exigem que a biblioteca com seu formato clássico se modernize e não funcione como há 30 ou 40 anos, apoiada num fichário manual ou na experiência de um velho bibliotecário e na boa-vontade de uma administração improvisada.

A nosso ver, o futuro dos Gabinetes de Leitura não está:

- em entregar o seu acervo bibliográfico a uma universidade qualquer, que logo vai tirar *peso morto* ao armazém de livros até desaparecer, como aconteceu em várias universidades brasileiras com as bibliotecas do Centros de Estudos Portugueses que nelas funcionavam;
- nem em ficarem, como estão, entregues ao esforço e ao trabalho de uns pouco e dependentes das doações eventuais de uma empresa ou de um mecenas.

Mas está:

- na criação de um «Fundação Portugal» para onde convirjam patrimónios associativos e subsídios governamentais com rendimentos capazes de fazer face à manutenção dessas e de outras entidades (Gabinetes de Leitura, Liceus, Grémios, etc.);
- na entrega da administração dessa Fundação a representantes da comunidade (brasileiros e portugueses);
- na participação do governo português através do Instituto Camões, com o suporte técnico aos Gabinetes de Leitura, na formação de pessoal, nos programas de informática, na interligação de redes, etc.